DocuSign Envelope ID: 252A8283-F2DC-4CEC-8F88-0A05A5FDE3F1

CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ Nº 45.483.450/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	38.329	55.353	38.335	55.369
Contas a receber de clientes	8	1.626	3.919	4.176	6.120
Estoques	9	53.505	83.150	61.835	86.060
Ativo biológico	16	102.272	89.109	102.272	89.109
Tributos a recuperar	10	70.907	43.839	70.907	43.839
IR e CS a recuperar	10	2.223	2.186	2.224	2.187
Outros ativos	11	4.652	5.993	4.652	5.993
		273.514	283.549	284.401	288.677
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber - partes relacionadas	12	103.656	190.663	84.113	73.056
Tributos a recuperar	10	1.731	11.061	1.731	11.061
IR e CS a recuperar	10	-	16	-	16
Depósitos judiciais e outros	25	6.316	11.374	6.329	11.374
Tributos diferidos	24	69.881	-	69.881	-
		181.584	213.114	162.054	95.507
Investimentos	13	53.339	42.832	-	-
Outros investimentos		597	597	597	597
Imobilizado	14	686.887	661.530	687.102	661.778
Direito de uso	15	434.524	341.049	434.524	341.049
		1.356.931	1.259.122	1.284.277	1.098.931
Total do ativo		1.630.445	1.542.671	1.568.678	1.387.608

Passivos	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	17	46.148	36.198	47.628	36.517
Empréstimos e financiamentos	18	116.357	86.505	116.357	86.505
Contas a pagar - partes relacionadas	12	85.127	171.770	586	583
Parcerias e locações a pagar	15	49.323	23.664	49.323	23.664
Salários e encargos	19	35.573	16.529	35.573	16.529
Impostos e contribuições a recolher	20	336.119	299.235	362.178	323.747
Adiantamentos de clientes	21	253.999	152.094	254.006	152.101
Impostos e contribuições parcelados	22	50.393	41.243	50.862	41.618
Outros investimentos a pagar	23	18.466	18.156	18.466	18.156
Outros passivos		15.790	15.009	15.808	15.036
		1.007.295	860.403	950.787	714.456
Não circulante					
Fornecedores	17	23.488	32.017	23.551	32.129
Empréstimos e financiamentos	18	955.945	944.177	955.945	944.177
Contas a pagar - partes relacionadas	12	142.440	134.511	142.440	134.511
Parcerias e locações a pagar	15	209.305	181.108	209.305	181.108
Salários e encargos	19	346	392	346	392
Adiantamentos de clientes	21	111	107	111	107
Impostos e contribuições parcelados	22	38.791	144.908	42.099	148.634
Outros investimentos a pagar	23	16.003	16.448	16.003	16.448
Passivo a descoberto de controlada	13	8.630	12.954	-	-
Provisão para demandas judiciais	25	60.411	77.083	60.411	77.083
Outros passivos		7.893	9.123	7.893	9.123
		1.463.363	1.552.828	1.458.104	1.543.712
Total do passivo		2.470.658	2.413.231	2.408.891	2.258.168
Patrimônio líquido	26				
Capital social		51.233	51.233	51.233	51.233
Ajuste de avaliação patrimonial		71.222	75.833	71.222	75.833
Prejuízos acumulados		(962.668)	(997.626)	(962.668)	(997.626)
		(840.213)	(870.560)	(840.213)	(870.560)
Total passivo e do patrimônio líquido		1.630.445	1.542.671	1.568.678	1.387.608

Demonstrações dos Resultados

Operações	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	27	1.664.552	1.139.557	1.717.755	1.163.910
Custo das vendas	28	(1.425.333)	(846.052)	(1.458.919)	(858.365)
Lucro bruto		239.219	293.505	258.836	305.545
Despesas com vendas	28	(128.010)	(92.440)	(128.237)	(92.058)
Despesas administrativas e gerais	28	(56.825)	(40.658)	(56.899)	(40.711)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	7.252	(40.827)	6.996	(40.426)
Participação nos resultados das empresas controladas por equivalência patrimonial	13	14.830	11.824	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		76.466	131.404	80.696	132.350
Receitas financeiras		10.648	170.582	10.655	171.719
Despesas financeiras		(137.637)	(86.563)	(139.800)	(87.327)
Variação cambial, líquida		(55.202)	141.501	(55.202)	141.501
Resultado financeiro, líquido	30	(182.191)	225.520	(184.347)	225.893
Prejuízo (lucro) antes do IR e da CS		(105.725)	356.924	(103.651)	358.243
IR e CS	24				
Correntes		(92)	(22.609)	(2.166)	(23.928)
Diferidos		136.163	-	136.163	-
Lucro líquido do exercício		30.346	334.315	30.346	334.315
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	26	0,59	6,53	0,59	6,53

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	30.346	334.315	30.346	334.315
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	30.346	334.315	30.346	334.315

Demonstração das Mutações do Patrimonio Líquido

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/03/2021	51.233	85.236	(1.341.344)	(1.204.875)
Realização do custo atribuído, líquido dos tributos diferidos	-	(9.403)	9.403	-
Lucro líquido do exercício	-	-	334.315	334.315
Saldo em 31/03/2022	51.233	75.833	(997.626)	(870.560)
Realização do custo atribuído, líquido dos tributos diferidos	-	(4.611)	4.611	-
Lucro líquido do exercício	-	-	30.346	30.346
Saldo em 31/03/2023	51.233	71.222	(962.668)	(840.213)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do IR e da CS	(105.725)	356.924	(103.651)	358.243
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	200.850	175.625	200.884	175.661
Variação do valor justo do ativo biológico	27.703	(48.930)	27.703	(48.930)
Consumo de ativo biológico	99.403	101.626	99.403	101.626
Provisão para demandas judiciais	(16.672)	32.470	(16.672)	32.470
Provisão para perdas em estoques	(419)	687	(419)	687
Variação cambial não realizada	70.322	(117.010)	70.322	(117.010)
Juros não realizados	41.920	(26.208)	41.927	(26.208)
Resultado de equivalência patrimonial	(14.830)	(11.824)	-	-
Reversão de provisão para perda de tributos a recuperar	-	(3.232)	-	(3.232)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	-	(7.489)	-	(7.489)
Impostos e contribuições	-	-	(2.074)	(1.320)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	979	(1.022)	1.473	(957)
Ajuste a valor presente	(642)	12.995	(648)	12.988
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(10.353)	(19.146)	(11.196)	(20.022)
Impostos a recuperar	(17.738)	30.185	(17.738)	30.185
IR e contribuição social a recuperar	(21)	44.681	(21)	44.681
Adiantamentos de clientes	101.905	22.373	101.905	22.373
Estoques	(3.698)	(54.610)	(9.117)	(56.009)
Contas a receber - partes relacionadas	87.678	(53.179)	(10.385)	(9.574)
Outros ativos	1.340	56.047	1.340	56.047
Depósitos judiciais e outros	5.058	(4.219)	5.046	(4.219)
Fornecedores	2.551	(6.653)	3.662	(6.614)
Salários e encargos	18.971	(27.342)	18.971	(27.342)
Contas a pagar - partes relacionadas	(84.578)	52.813	2.067	927
Impostos e contribuições a recolher	36.792	(251.095)	38.339	(256.106)
Impostos e contribuições parcelados	(16.543)	122.526	(16.893)	126.103
Outros passivos	(502)	(4.616)	(513)	(4.605)
Outros investimentos a pagar	5.940	3.914	5.940	3.914
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	429.691	376.291	429.655	376.268
Variação cambial, líquida paga	(15.120)	(24.491)	(15.120)	(24.491)
Juros pagos	(20.046)	(22.310)	(20.020)	(22.311)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	394.525	329.490	394.515	329.466
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adição de ativo biológico	(82.705)	(48.824)	(82.705)	(48.824)
Receita na alienação de ativo imobilizado	-	18.654	-	18.654
Aquisição de ativo imobilizado	(204.997)	(158.208)	(204.997)	(158.208)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(287.702)	(188.378)	(287.702)	(188.378)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	9.648	1	9.648	1
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(34.758)	(78.467)	(34.758)	(78.467)
Amortização de parcerias	(98.737)	(81.136)	(98.737)	(81.136)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(123.847)	(159.602)	(123.847)	(159.602)
Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	(17.024)	(18.490)	(17.034)	(18.514)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	55.353	73.843	55.369	73.883
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	38.329	55.353	38.335	55.369

Notas Explicativas

1. Contexto operacional 1.1 Informações gerais A Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial ("Clealco", "Grupo", "Companhia" ou "Controladora") com sede na cidade de Clementina e com filiais instaladas nas cidades de Queiroz (unidade II) e Penápolis (unidade III), Estado de São Paulo, Brasil , têm como objeto social e atividades preponderantes: o plantio de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar VHP (Very High Polarization), etanol hidratado e anidro para fins carburantes, e demais derivados da cana-de-açúcar, a exploração da atividade agrícola e a co-geração de energia produzida a partir do bagaço de cana-de-açúcar (biomassa), seu exercício social encerra em 31 de março de cada ano. É uma sociedade anônima de capital fechado, com quadro acionário composto por grupos familiares. A Companhia é controladora das seguintes empresas (conjuntamente "Consolidado", "Grupo Clealco" "Recuperandas"): Petrocana Ltda. - em recuperação judicial com sede na cidade de Clementina, Estado de São Paulo, Brasil, têm como objeto e atividade preponderante a comercialização de combustíveis e lubrificantes. É uma sociedade limitada, com 100% de suas quotas de propriedade da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial; Petrocana Queiroz Ltda. - em recuperação judicial com sede na cidade de Queiroz, Estado de São Paulo, Brasil, têm como objeto e atividade preponderante o comércio varejista de combustíveis. É uma sociedade limitada, com 100% de suas quotas de propriedade da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial. **RenovaBio – Cbios** Na safra 21/22 a Companhia foi certificada pelo programa de crédito descarbonização renovabio "CBIO" e passou a emitir e comercializar Créditos de Descarbonização "CBIO". Em 31/03/2023 a Companhia não possuía estoques de Cbios emitidos e ainda não comercializados. Durante a safra, foram comercializados 193 mil Cbios, classificados na receita líquida. *Sobre o RenovaBio:* O programa RenovaBio faz parte da Política Nacional de Biocombustíveis, instituída pela Lei nº 13.576/2017 e regulamentado pelo Ministério de Minas e Energia através da Portaria 419/2019. O principal instrumento da RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e a participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Para obtenção do crédito e sua disponibilização para venda, as companhias necessitam da certificação, a qual estabelece as métricas para conversão do biocombustível vendido em CBIO realizada por entidade certificadora independente. Após as vendas dos produtos e escrituração dos créditos por órgão específico (SERPRO), são negociados em bolsa de valores ("B3"). **Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras** Em função da Pandemia Global causada pelo vírus da COVID-19, que impactou significativamente todas as Nações e causou grandes impactos na economia Global, o Grupo elaborou um plano de ações para minimizar os impactos financeiros e proteger os fluxos de caixa. Ainda, se organizou e editou regras e procedimentos internos visando a segurança sanitária e saúde de seus colaboradores e familiares. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a administração do Grupo avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 31/03/2023. A Companhia e suas controladas continuam monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. **Conflito no leste europeu – Guerra entre Rússia e Ucrânia** O conflito no leste europeu, entre Rússia e Ucrânia, tem pressionado os preços de petróleo, derivados de petróleo e gás e de fertilizantes no mercado internacional, uma vez que a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo e um importante produtor de insumos para fertilizantes, como nitrato, fósforo e potássio. Diante desse cenário e, considerando a importância dessas commodities nas operações do Grupo, a Administração avalia que o aumento dos custos de petróleo e seus derivados e dos insumos de fertilizantes observados atualmente no mercado, decorrente do efeito da guerra, até o momento, não causaram impacto significativo em suas demonstrações financeiras findadas em 31/03/2023, em razão da sua prática de manutenção de estoques mínimos. O Grupo monitora constantemente os mercados internacionais destas commodities e através de iniciativas comerciais e de estratégia de fornecimento e suprimento, busca minimizar possíveis impactos financeiros e riscos de ruptura no abastecimento de suas operações, buscando alternativas viáveis de produtos e países fornecedores para eventual falta de algum produto ou insumo. Diversos governos e instituições anunciaram recentemente sanções a certos setores industriais na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como contramedidas adotadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições, podem afetar adversamente nossos negócios. **1.2 Desempenho operacional** A Companhia apresentou os seguintes indicadores de desempenho na safra 22/23: • Processamento de 6,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (4,8 milhões de toneladas na safra 21/22), aumento de 20% no processamento em relação à safra anterior; • A produção de açúcar VHP atingiu 508 mil toneladas, mix de 66% em relação a produção (433 mil toneladas na safra 21/22 com mix de 67%); e • A produção de etanol hidratado totalizou 166,3 milhões de litros, mix de 34% em relação a produção (132,5 milhões de litros na safra 21/22 com mix de 33%). O incremento de 25% na moagem da safra 22/23 em relação ao volume processado na safra anterior reflete a renovação dos canaviais iniciados a partir de 2019, aproximadamente 60 mil ha de cana plantada entre áreas próprias e ações de fomento junto a fornecedores, além dos investimentos em tratos culturais conforme as melhores práticas de manejo operacional. Ainda, o período mais chuvoso na safra 22/23 também beneficiou a produtividade do canavial, sendo 27% quando comparado à safra 21/22, com consequente aumento na produção de Açúcar e Etanol Hidratado em 17% e 26%, respectivamente. **1.3 Desempenho financeiro e continuidade operacional** Na Safra 22/23, a Companhia demonstra Lucro Líquido no exercício de R$ 30.346, reportando Lucro líquido pelo terceiro ano consecutivo após períodos de prejuízos apresentados nos anos anteriores. O fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais da Companhia, conforme demonstrado nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, foi de R$ 394.515 (consolidado), sendo 20% superior à safra 21/22 que apresentou fluxo de R$ 329.466, reflexo do incremento da moagem que resultou em aumento na produção de açúcar e etanol hidratado. Ainda, este resultado operacional é consequência dos esforços empreendidos pela busca constante da otimização das estruturas de suas operações, investimentos na renovação e expansão dos canaviais, melhoria dos indicadores de qualidade e produtividades agroindustriais, revisão de custos e despesas, além de bons resultados em estratégias comerciais. A Companhia continua empreendendo grandes esforços e ações na retomada de seus canaviais, tendo apostado cada vez mais em ações de relacionamento com fornecedores de cana, implementação de novas tecnologias, segurança do trabalho nas operações, gestão de custos e despesas, estratégia comercial e incremento da eficiência operacional, visando conduzir a Companhia a um patamar expressivo de geração de caixa, faturamento e moagem para as próximas safras. Todo este incremento de performance é fundamental neste processo de reestruturação da Companhia, possibilitando uma geração de caixa em níveis suficientes para continuidade e melhoria de suas operações, além da gerar valor para os nossos funcionários, fornecedores de cana, acionistas e toda região. **1.4 Recuperação judicial** Em 17/07/2018 a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas, pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Birigui, estado de São Paulo, com claro objetivo de equilibrar sua estrutura de capital, através de um processo organizado de renegociação de todo o seu passivo e garantindo a manutenção de suas operações em níveis normais e os empregos gerados em sua região de atuação. O referido pedido de recuperação judicial foi deferido pelo juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Birigui/SP em 20/07/2018, nos termos do art. 52 da Lei 11.101/2005, sendo nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64) a empresa R4C Assessoria Empresarial Ltda., CNPJ 19.910.500/0001-99, representada por Fernando Ferreira Castellani, inscrito na OAB/SP sob o número 209.877. Em 24/09/2018, em atendimento ao artigo 53 da LRF, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do processo, posteriormente, em 22/11/2018 o Administrador Judicial apresentou sua lista de credores elaborada com base no §2º do art. 7º da LRF. Em 30/01/2019 a Companhia apresentou novo Plano de Recuperação Judicial, oportunidade em que se iniciou o prazo de 30 dias para os credores apresentarem objeção ao Plano de Recuperação Judicial. Como solução mais eficiente para a equalização e liquidação de parte substancial do passivo da Companhia, o Plano prevê como medidas de recuperação: (i) a organização, constituição e alienação judicial da UPI Queiroz, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Recuperação Judicial; (ii) a possibilidade de organização, constituição e alienação judicial de uma ou mais UPIs Terras, bem como de quaisquer outras UPIs, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Recuperação Judicial e à critério da Companhia; e (iii) a preservação de investimentos essenciais para a continuidade da Companhia. No dia 02/05/2019, a Clealco comunicou que os credores da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Credores, aprovaram o Plano de Recuperação Judicial da Clealco, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. A aprovação do Plano foi obtida em prazo recorde, dez meses após o pedido de recuperação judicial da Companhia e controladas, e com a concordância de mais de 90% dos credores habilitados, refletindo a confiança depositada na Companhia, que buscou atender a todas as partes interessadas de forma equilibrada. No dia 30/05/2019, o Plano foi homologado pelo Juiz responsável pelo processo da Recuperação, em mais uma demonstração de quão transparente e bem alinhado fora toda negociação com os credores. Dessa forma, a Clealco, a partir dessa data, iniciou uma nova etapa, onde a Companhia deve cumprir estritamente as cláusulas previstas no Plano homologado, o que inclui, entre outras ações, o processo de venda da UPI (Unidade Produtiva Independente) da unidade de Queiroz, como principal opção de pagamento aos credores. Nova Assembleia Geral de Credores foi convocada e instalada na modalidade virtual em 10 de junho onde foi suspensa. Em segunda convocação, em 30/06/2020, a Assembleia Geral de Credores foi realizada na modalidade virtual, onde votou e aprovou o Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005, a homologação pelo Juízo da Recuperação ocorreu em 31/07/2020. A aprovação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Clealco foi obtida com a concordância de 91% dos credores habilitados. Com o novo Plano de Recuperação Judicial aditado, a Clealco terá até o final de 2025 para quitação da maior parte de sua dívida concursal, que representa cerca de 80% do montante devido. Em cumprimento ao Aditamento do plano de Recuperação Judicial, nos termos da cláusula 5.10.9 (i), a Companhia poderia construir, organizar e alienar ativos e bens listados no Anexo 1.2.88, em uma ou mais UPI Terras Hipotecadas, bem como realizar quantos certames judiciais fossem necessários, entre a Data da Homologação do Aditamento e o dia 30/11/2020. O primeiro certame judicial para alienação das UPI Terras Hipotecadas aconteceu em 14/10/2020. Em 12/11/2020 as propostas vencedoras foram aprovadas pelos Credores Colaboradores, nos termos da Cláusula 5.11.9(d) do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, e homologadas pelo Juiz em 11/12/2020. Diante disso, nos termos da cláusula 3.4.1 e Termo de Deliberação de Credores Colaboradores, conforme fls. 30.778/30.791 dos autos da Recuperação Judicial, todos os recursos obtidos com a venda das UPIs Terras hipotecadas, que totalizaram o montante de R$ 85.363, após o pagamento dos custos, foram destinados aos Credores colaboradores, sendo os pagamentos realizados até novembro de 2021 diretamente pelo(s) adquirente(s) aos Credores colaboradores, na forma das cláusulas 1.2.53 e 9.2(e) do Aditamento. Dada a inviabilidade de venda de uma das UPIs, a Companhia apresentou em 25/11/2022 uma proposta alternativa para pagamento da classe de credores UPI, com captação de recursos com dois fundos de investimentos via Debtor in Possession Financing, modalidade de empréstimos para empresas em recuperação judicial. A referida proposta foi aceita pelos Credores UPI em reunião de credores realizada em 25/11/2022 e homologada pelo juiz em 16/03/2023. A proposta alternativa classificou os credores em Opção A, B ou C e prevê, dentre suas principais condições, as seguintes condições de pagamento: • Captação, via recursos DIP, do montante de R$ 253.177 através da emissão de 10 debêntures conversíveis em ações com prazo de pagamento em 5 anos, a ser integralmente utilizado para pagamento dos credores opções A e B, com concomitante liberação das garantias anteriormente concedidas em relação a esses empréstimos (Credores Não Colaboradores); • Aplicação de deságio de 75% para os credores da Opção A, constituídos substancialmente pelos credores Banco Santander Brasil S.A., Grand Cayman Branch ("Santander Cayman"), Itaú Unibanco S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados PCG Brasil Multicarteira ("PCG-Brasil") e/ou Bank of America e National Association ("BANA"), e 65% deságio para os credores da Opção B, constituídos pelos demais credores; • Alongamento do prazo das parcelas de pagamento para o período de 25 anos, no caso dos credores Opção C ; e Cessão do saldo remanescente do total da dívida da opção A para novo credor, a ser liquidado em parcela única ao final do período de 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos, cabendo simplesmente à Companhia a opção de estar adimplente com o pagamento das parcelas das debêntures. Em 18/05/2023, ocorreu a conclusão do acordo de reestruturação para pagamento da dívida em recuperação judicial (Nota 32). Até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas recuperandas estavam cumprindo todos os requerimentos previstos no Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. **2. Principais políticas contábeis** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados, os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão dessas demonstrações financeiras individual e consolidadas foi autorizada pela Administração em 16/06/2023. **2.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º/01/2022 (no caso da Companhia 1º/04/2022). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27 e CPC 15 (R1). As alterações aos Pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; • e Referências à estrutura conceitual. Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que seja explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. *Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido* A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras e individuais e consolidadas da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. *Referências à Estrutura conceitual* As alterações substituem uma referência a uma versão da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período do relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. *IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards – Subsidiária como adotante pela primeira vez* A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. *IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros)* A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original, Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período. *IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração ao valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola)* A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **2.1.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de seguro Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro e substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis) Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afet

DocuSign Envelope ID: 252A8283-F2DC-4CEC-8F88-0A05A5FDE3F1

Continuação... prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início pois a taxa de juro implícita no arrendamento, não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.11 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros** O imobilizado, e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.12 Provisões** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis, ambientais e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia. **2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O tributo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 24). Os créditos tributários diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.15 Capital social** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. **2.16 Reconhecimento da receita e apuração do resultado** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O reconhecimento da receita ocorre quando se transfere o controle do ativo para o cliente e o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos ("obrigação de desempenho") tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: (i) **Venda de produtos** A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente: de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. **(ii) Venda de energia elétrica** A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço do mercado em vigor, conforme o caso. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente: de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. **(iii) Receita financeira** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **(iv) Demais receitas e despesas/custos** As demais receitas e despesas/custos são reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Valor justo do ativo biológico** O valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 16. **(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. **(c) Provisão para demandas judiciais** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(d) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado** A Companhia revisa e, se apropriado, ajusta as vidas úteis de seus ativos, periodicamente. **(e) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de credito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantias oferecidas. **3.2 Julgamentos críticos na aplicação das práticas contábeis da Companhia** A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo menos o custo de venda, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. O resultado apurado para o valor justo do ativo biológico da Companhia pode ser substancialmente diferente do resultado apresentado caso algumas dessas premissas não se confirmem. **4. Gestão de risco financeiro 4.1 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **4.2 Fatores de risco financeiro** Os principais fatores de risco a que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo seu modelo de gestão. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites. A Companhia e suas controladas possuem uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorados pela alta administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são o risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. **4.2.1 Risco de crédito** Risco de credito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia e de suas controladas de clientes e em títulos de investimento. Na gestão do risco de crédito em relação a clientes, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. A concentração de clientes por produto está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Produto	Quantid. de clientes	Porcentagem	Quantid. de clientes	Porcentagem
Açúcar	6	64%	6	62%
Etanol	37	30%	38	29%
Energia elétrica	29	4%	29	4%
Óleo diesel	-	-	50	3%

4.2.2 Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas estão associadas ao cumprimento das obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação das mesmas. A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, entretanto, é importante salientar que presentemente, a Companhia e suas controladas passam por um período de insuficiência de capital circulante, e a administração está trabalhando para a adequação do fluxo de caixa financeiro ao fluxo de geração de caixa operacional, vide maiores detalhes na Nota 1.3. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, entretanto, não incluem os efeitos decorrente dos pagamentos de juros estimados excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, tampouco o impacto da reestruturação de dívida, conforme mencionado na Nota 32: **(a) Controladora**

	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	2023 Mais que 5 anos
Fornecedores	69.636	46.148	11.874	3.982	7.632
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.683	15.790	2.051	4.954	888
Outros investimentos à pagar	34.469	18.466	160	304	15.539
	1.200.090	196.761	86.691	825.449	91.189

	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	2022 Mais que 5 anos
Fornecedores	68.215	36.198	4.926	17.489	9.602
Empréstimos e financiamentos	1.030.682	86.505	820.178	48.384	75.615
Outros passivos	24.132	15.009	1.032	7.106	985
Outros investimentos à pagar	34.604	18.156	-	362	16.086
	1.157.633	155.868	826.136	73.341	102.288

(b) Consolidado

	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	2023 Mais que 5 anos
Fornecedores	71.179	47.628	11.910	4.022	7.619
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	116.357	72.606	816.209	67.130
Outros passivos	23.701	15.808	2.051	4.954	888
Outros investimentos à pagar	34.469	18.466	160	304	15.539
	1.201.651	198.259	86.727	825.489	91.176

	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	2022 Mais que 5 anos
Fornecedores	68.646	36.517	4.926	17.554	9.649
Empréstimos e financiamentos	1.030.682	86.505	820.178	48.384	75.615
Outros passivos	24.159	15.036	1.032	7.106	985
Outros investimentos à pagar	34.604	18.156	-	362	16.086
	1.158.091	156.214	826.136	73.406	102.335

4.2.3 Risco de mercado Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. **4.2.3.1 Risco de taxas de câmbio** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. Os saldos de ativos e passivos expostos a moeda estrangeira compreendem unicamente operações em dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

	Controladora e Consolidado			
	2023		2022	
	Milhares de USD	Milhares de Reais	Milhares de USD	Milhares de Reais
Contas a receber em dólares norte-americanos	199	1.013	307	1.453
Empréstimos/ financiamentos em dólares norte-americanos	(151.317)	(768.753)	(153.070)	(725.216)
Exposição, líquida	(151.118)	(767.740)	(152.764)	(723.763)

O risco das variações cambiais sobre empréstimos e financiamento é minimizado por tal variação estar também lastreada com a precificação do principal produto da Companhia (açúcar), pois a totalidade deste produto é comercializado via exportação, sendo assim, operacionalmente o hedge cambial da dívida é realizado via receita de açúcar, fixando preço do mesmo e compensando dólar recebido vs. dólar pago no endividamento. **4.2.3.2 Risco de taxas de juros** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Segue analise de sensibilidade de variação nas taxas de juros de empréstimos e financiamentos em aberto no encerramento do exercício apresentado:

		Controladora e Consolidado			2023
		Alta		Baixa	
	Provável	25%	50%	25%	50%
Taxa média ponderada de juros	6,0%	7,6%	9,1%	4,5%	3,0%
Valores dos juros em R$	64.852	81.066	97.279	48.639	32.426

		Controladora e Consolidado			2022
		Alta		Baixa	
	Provável	25%	50%	25%	50%
Taxa média ponderada de juros	5,7%	7,2%	8,6%	4,3%	2,9%
Valores dos juros em R$	59.171	73.963	88.756	44.378	29.585

4.3 Risco operacional Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas, mudanças climáticas que abrangem a operação agrícola, tais como chuvas, geadas e incêndios e de fatores externos, exceto riscos de credito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **4.4 Risco de estrutura de capital** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Gestão de capital	2023	2022	2023	2022
Total do passivo (excluindo dividendos)	2.470.658	2.413.231	2.408.891	2.258.168
(-) Caixa e equivalentes de caixa	38.329	55.353	38.335	55.369
(=) Dívida líquido (a)	2.432.329	2.357.878	2.370.556	2.202.799
Total do patrimônio líquido (b)	(840.213)	(870.560)	(840.213)	(870.560)
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	(3)	(3)	(3)	(3)

5. Estimativa do valor justo A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: . Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. . Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). . Nível 3: informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	Controladora e Consolidado			2022
	2023		Nível	
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	Nível 3	Total	3	Total
Ativo				
Ativo biológico (Nota 16)	102.272	102.272	89.109	89.109

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
Ativos	2023	2022	2023	2022
Mensurados ao Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	38.329	55.353	38.335	55.369
Contas a receber de clientes	1.626	3.919	4.176	6.120
Outros ativos	4.652	5.993	4.652	5.993
Passivos				
Mensurados ao Custo amortizado				
Fornecedores	69.636	68.215	71.179	68.646
Empréstimos e financiamentos	1.072.302	1.030.682	1.072.302	1.030.682
Outros passivos	23.683	24.132	23.701	24.159
Outros investimentos a pagar	34.469	34.604	34.469	34.604

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
Caixa	2023	2022	2023	2022
Em moeda local	21	36	21	36
Bancos				
Em moeda local	1.759	262	1.759	262
Em moeda estrangeira (dólar norte americano)	36.401	54.959	36.401	54.959
Aplicações				
CDB (i)	148	96	154	112
	38.329	55.353	38.335	55.369

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa representam valores com vencimento inferiores há 90 dias, disponíveis para utilização a qualquer tempo, sem vínculos de impedimento. (i) As aplicações financeiras são diárias, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remuneradas pela taxa média do CDI, variável ao prazo em que o saldo fica aplicado. **8. Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes no exterior	1.013	1.453	1.013	1.453
Clientes no país	3.118	3.993	6.645	6.942
Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(2.505)	(1.527)	(3.482)	(2.275)
	1.626	3.919	4.176	6.120

O vencimento das contas a receber de clientes pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	1.056	2.480	2.070	3.501
Vencidos de 1 a 180 dias	61	782	1.229	2.710
Vencidos a mais de 180 dias	3.014	2.184	4.359	2.184
Saldo final	4.131	5.446	7.658	8.395

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	(1.527)	(2.549)	(2.275)	(3.679)
Reversão	494	5.982	1.313	8.222
Constituição	(1.472)	(4.960)	(2.520)	(6.818)
Saldo final	(2.505)	(1.527)	(3.482)	(2.275)

A administração da Companhia entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir as perdas estimadas nas contas a receber. **9. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Produtos acabados	-	529	-	529
Materiais de almoxarifado e outros	22.456	21.284	23.199	21.595
	22.456	21.813	23.199	22.124
(-) Provisão para obsolescência	(2.046)	(2.383)	(2.046)	(2.383)
(-) Provisão para Redução ao valor de mercado	-	(82)	-	(82)
	20.410	19.348	21.153	19.659
Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar	26.223	55.571	26.223	55.571
Adiantamentos a fornecedores de materiais	6.872	8.231	14.459	10.830
	53.505	83.150	61.835	86.060

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, se necessário, por provisão para redução aos valores de realização. A Companhia possui contratos para aquisição de compra de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, cuja entrega ocorrerá em exercícios futuros. Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar referem-se a valores adiantados frente a contratos vigentes, representando 227.681 toneladas de cana-de-açúcar em 31/03/2023 (485.835 em 31/03/2022), cuja entrega do produto ocorrerá na safra 23/24. As movimentações na provisão para obsolescência são as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(2.383)	(1.659)
Reversão	628	253
Constituição	(291)	(977)
Saldo final do exercício	(2.046)	(2.383)

As movimentações na provisão para redução ao valor de mercado são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(82)	(118)
Constituição	-	(82)
Reversão	82	118
Saldo final do exercício	-	(82)

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
COFINS (i)	23.018	27.733	23.018	27.733
PIS (i)	8.469	8.243	8.469	8.243
ICMS (i)	24.487	821	24.487	821
IPI (i)	1.400	1.118	1.400	1.118
Parcelamento PEP ICMS	6.081	6.080	6.081	6.080
Reintegra	7.551	9.273	7.551	9.273
Impostos a compensar de recolhimento antecipado parc. - Lei 12.865/2013	1.632	1.632	1.632	1.632
	72.638	54.900	72.638	54.900
Ativo circulante	(70.907)	(43.839)	(70.907)	(43.839)
Ativo não circulante	1.731	11.061	1.731	11.061

(i) Referem-se a saldos acumulados de créditos originados das aquisições de insumos e bens do ativo imobilizado. Os créditos de PIS, COFINS e IPI serão compensados na safra 2023/24 com impostos federais gerados na operação. Os saldos de ICMS serão consumidos na safra 2023/24, os créditos de ICMS relacionados aos imobilizados serão utilizados na proporção 1/48 avos, conforme determinado pela legislação fiscal vigente, bem como aos créditos outorgados de ICMS, conforme incentivo fiscal do governo do estado de São Paulo sobre a comercialização de Etanol, concedido no período de agosto a dezembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
I.R. e C.S. a recuperar	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda recolhido sobre estimativa	997	997	997	997
Contribuição social recolhida sobre estimativa	368	368	368	368
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	858	837	859	838
	2.223	2.202	2.224	2.203
Ativo circulante	(2.223)	(2.186)	(2.224)	(2.187)
Ativo não circulante	-	16	-	16

As movimentações nas provisões para perda com créditos de tributos são as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	-	(3.232)
Reversão	-	3.232
Saldo final	-	-

11. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Venda Terras (i)	1.235	2.470	1.235	2.470
Outros	3.417	3.523	3.417	3.523
	4.652	5.993	4.652	5.993

(i) Em 11/12/2020, a Companhia alienou UPIs Terras hipotecadas, que totalizou o montante de R$ 85.363. O saldo remanescente de R$ 1.235 será compensado com fornecimento de cana (Nota 1.4).

12. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
Saldos	2023	2022	2023	2022
Ativo não circulante				
Adiantamentos para aquisição de cana-de-açúcar (acionistas) (i)	45.606	33.879	45.606	33.879
Adiantamentos para aquisição de diesel (controladas) (ii)	19.543	117.607	-	-
Mútuo com acionistas (iii)	38.507	39.177	38.507	39.177
	103.656	190.663	84.113	73.056
Passivo circulante				
Fornecedores de cana-de-açúcar (acionistas) (iv)	586	583	586	583
Fornecedores (controladas) (ii)	84.541	171.187	-	-
	85.127	171.770	586	583
Passivo não circulante (iv)				
Fornecedores de cana-de-açúcar (acionistas)	142.440	134.511	142.440	134.511
	142.440	134.511	142.440	134.511
Operações (iv)				
Compra de cana-de-açúcar (acionista)	77.482	52.508	77.482	52.508

(i) Em 31/03/2023, referem-se, basicamente, a adiantamentos para futura aquisição de 395.976 toneladas de cana-de-açúcar de acionistas (296.190 toneladas no exercício findo em 31/03/2022). (ii) Adiantamentos e saldos a pagar às controladas para aquisição de diesel, realizados através de compensações de saldos entre as unidades. Durante o exercício findo em 31/03/2023, foi efetuada a compensação entre os saldos no montante de R$ 229.898. (iii) Mútuos – contratos de empréstimos realizados aos acionistas, que tem por objetivo o financiamento de capital de giro, do qual é remunerado a Taxa Referencial de Juros – TR (correção da caderneta de poupança). (iv) As operações de comercialização de cana-de-açúcar foram realizadas em termos e condições definidos entre as partes. **Compra de cana-de-açúcar** As transações significativas que influenciaram o resultado do exercício referem-se a, basicamente, compra de 672.738 toneladas de cana-de-açúcar de acionistas no exercício findo em 31/03/2023 (459.059 toneladas em 31/03/2022). Conforme previsto no Adendo ao Plano de Recuperação Judicial, os créditos devidos a partes relacionadas poderão ser pagos apenas após a data de fechamento Credores UPI. Portanto, as contas a pagar com acionistas referente a compra de cana-de-açúcar está substancialmente apresentada no passivo não circulante. **Remuneração do pessoal chave da administração** O pessoal chave da administração é composto pela diretoria, eleita pelo Conselho de Administração e com mandato de 3 anos. A remuneração do pessoal chave da administração a título de benefícios foi de R$ 6.283 no exercício findo em 31/03/2023 (R$ 7.090 em 31/03/2022). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo, benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações. **Controladora e Controlador final** O Grupo de controladores da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - Em Recuperação Judicial é composto pelos seguintes Acionistas: JH Participações e Empreendimentos Ltda, Helena Arriero Participações Ltda, Tigre Sociedade de Participações Ltda, Manoel Tomé Participações Ltda, PR Participações Ltda e Santa Fé Holdings Agropecuária e Participações Ltda, que juntos somam 55,69% do total das ações da Companhia, conforme Terceiro Aditamento e Consolidação ao Acordo de Acionistas arquivado na Companhia em 25/11/2022. **13. Investimentos (Controladora)** Referem-se a investimentos mantidos nas seguintes empresas controladas: (a) **Petrocana Ltda. - em recuperação judicial**

Informações sobre a investida	2023	2022
Quantidade de quotas possuídas	9.900	9.900
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido (negativo)	(8.630)	(12.954)
Lucro líquido do exercício ajustado	4.324	3.295
Movimentação do investimento		
Saldo inicial do exercício	(12.954)	(16.249)
Equivalência patrimonial do exercício	4.324	3.295
Provisão para prejuízo de controlada em 31 de março	(8.630)	(12.954)

(b) **Petrocana Queiroz Ltda. - em recuperação judicial**

Informações sobre a investida	2023	2022
Quantidade de quotas possuídas	1.424.544	1.424.544
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido	53.339	42.832
Lucro líquido do exercício ajustado	10.506	8.529
Movimentação do investimento		
Saldo inicial do exercício	42.832	34.303
Equivalência patrimonial do exercício	10.506	8.529
Saldo final do investimento em 31 de março	53.339	42.832

(c) **Resumo das informações financeiras** (ii) Balanço patrimonial sintético das controladas:

	Petrocana Ltda.		Petrocana Queiroz Ltda.	
Ativo	2023	2022	2023	2022
Circulante	38.351	37.620	57.128	138.733
Não circulante	-	-	355	377
Total do ativo	38.351	37.620	57.483	139.110
Passivo				
Circulante	45.710	49.149	1.904	93.735
Não circulante	1.271	1.425	2.240	2.543
	46.981	50.574	4.144	96.278
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(8.630)	(12.954)	53.339	42.832
Total do passivo e do patrimônio líquido e/ou (passivo a descoberto)	38.351	37.620	57.483	139.110

(iii) Demonstração do resultado sintética das controladas, relativas aos exercícios findos em 31/03/2023 e 2022:

	Petrocana Ltda.		Petrocana Queiroz Ltda.	

DocuSign Envelope ID: 252A8283-F2DC-4CEC-8F88-0A05A5FDE3F1

Continuação... As movimentações nos empréstimos e financiamentos são as seguintes:

Controladora e Consolidado	Saldo em 31 de março da 2022	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamentos de Juros	Variação Cambial Paga	Atualização de juros	Atualização Cambial e Monetária	AVP Opção B PRJ	Saldo em 31 de março da 2023
Finame	48.772	-	(1.043)	(210)	-	3.884	73	-	51.476
Capital de giro	143.710	9.648	(3.322)	(1.131)	-	5.001	-	(1.332)	152.574
Pré-pagamento para exportação	663.812	-	(3.159)	(2.326)	-	19.923	41.800	(3.123)	716.927
Crédito rural	97.605	-	(14.050)	(828)	-	955	-	-	83.682
ACC	61.781	-	(13.184)	(1.408)	(600)	3.099	2.335	(8)	52.015
Prorenova	15.143	-	-	-	-	1.171	-	(701)	15.613
Leasing	236	-	-	-	-	61	-	(93)	204
	1.031.059	9.648	(34.758)	(5.903)	(600)	34.094	44.208	(5.257)	1.072.491
(-) Custos de transações a amortizar	(377)	-	188	-	-	-	-	-	(189)
	1.030.682	9.648	(34.570)	(5.903)	(600)	34.094	44.208	(5.257)	1.072.302
Passivo circulante	(86.505)								(116.357)
Passivo não circulante	944.177								955.945

Controladora e Consolidado	Saldo em 31 de março da 2021	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamentos de Juros	Variação Cambial Paga	Atualização de juros	Atualização Cambial e Monetária	AVP Opção B PRJ	Saldo em 31 de março da 2022
Finame	54.317	-	(3.690)	(1.532)	-	(326)	3	-	48.772
Capital de giro	175.805	-	(19.368)	(2.493)	-	(3.650)	-	(6.584)	143.710
Pré-pagamento para exportação	807.567	-	(93)	-	(22.830)	3.152	(126.034)	2.050	663.812
Crédito rural	116.115	-	(17.479)	(1.031)	-	-	-	-	97.605
ACC	81.830	-	(14.969)	(3.599)	(5.125)	2.047	(7.958)	9.555	61.781
Prorenova	26.245	-	(20.960)	(1.100)	-	2.434	-	8.524	15.143
Leasing	337	-	-	-	-	-	-	(101)	236
Conta Garantida	394	1	(1.908)	-	-	-	-	1.513	-
	1.262.610	1	(78.467)	(9.755)	(27.955)	3.657	(133.989)	14.957	1.031.059
(-) Custos de transações a amortizar	(797)	-	420	-	-	-	-	-	(377)
	1.261.813	1	(78.047)	(9.755)	(27.955)	3.657	(133.989)	14.957	1.030.682
Passivo circulante	(149.313)								(86.505)
Passivo não circulante	1.112.500								944.177

19. Salários e encargos sociais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Obrigações com pessoal	6.430	7.007	6.430	7.007
Obrigações com conselheiros	60	131	60	131
Contribuições sindicais e assistenciais	706	675	706	675
FGTS a recolher	579	1.007	579	1.007
INSS a recolher	9.200	749	9.200	749
Provisões de férias e 13º salários	17.933	6.545	17.933	6.545
Encargos sobre provisões de férias e 13º salários	1.011	807	1.011	807
	35.919	16.921	35.919	16.921
Passivo circulante	(35.573)	(16.529)	(35.573)	(16.529)
Passivo não circulante	346	392	346	392

20. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Funrural a recolher	121	387	121	387
IRRF e Contribuições retidas na fonte	901	1.292	901	1.292
ISS a Recolher	108	129	108	129
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.161	-	1.245	69
Débitos fiscais em dívida ativa	334.066	297.654	360.041	322.097
Pis/Cofins sobre demais receitas	(238)	(227)	(238)	(227)
Passivo circulante	336.119	299.235	362.178	323.747

O montante dos valores em dívida ativa é composto da seguinte maneira:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PEP Rompidos (i)	98.878	86.261	98.878	86.261
Auto de Infração ICMS (ii)	85.051	74.874	85.051	74.874
PESA (iii)	121.169	111.992	121.169	111.992
ICMS mensal inscrito em dívida ativa	26.909	22.635	26.909	22.635
ICMS Auto de Infração Petrocana	-	-	25.975	24.443
IPVA	9	94	9	94
Multas ambientais	2.050	1.798	2.050	1.798
	334.066	297.654	360.041	322.097

(i) Refere-se a Parcelamentos Especiais celebrados com a Secretaria da fazenda do Estado de São Paulo rompidos em dezembro de 2017; (ii) Autos de infração de ICMS lavrados pelo Fisco paulista reconhecidos em março de 2020; (iii) Plano especial de saneamento de ativos, proveniente da aquisição da UPI de Penápolis. Inscrito em dívida ativa devido ao rompimento de reparcelamento em março de 2018 e agosto de 2019. As movimentações da dívida ativa são as seguintes:

Controladora	Saldo em 31 de março de 2022	Descontos parcelamentos	Apropriação encargos financeiros (a)	Saldo em 31 de março de 2023
PEP Rompidos	86.261	-	12.617	98.878
Auto de Infração ICMS	74.874	(2.484)	12.661	85.051
PESA	111.992	-	9.177	121.169
ICMS mensal inscrito em dívida ativa	22.635	-	4.274	26.909
IPVA	94	(88)	3	9
Multas Ambientais/Cetesb	1.798	-	252	2.050
	297.654	**(2.572)**	**38.984**	**334.066**

Consolidado	Saldo em 31 de março de 2022	Descontos parcelamentos	Apropriação encargos financeiros (a)	Saldo em 31 de março de 2023
PEP Rompidos	86.261	-	12.617	98.878
Auto de Infração ICMS	74.874	(2.484)	12.661	85.051
PESA	111.992	-	9.177	121.169
ICMS mensal inscrito em dívida ativa	22.635	-	4.274	26.909
ICMS Auto de Infração Petrocana	24.443	-	1.532	25.975
IPVA	94	(88)	3	9
Multas Ambientais/Cetesb	1.798	-	252	2.050
	322.097	**(2.572)**	**40.516**	**360.041**

(a) Os referidos passivos estão atualizados substancialmente pela variação da taxa básica de juros estabelecida pelo Banco Central (Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), conforme determinado pela legislação vigente que controla os referidos tributos. **21. Adiantamentos de clientes**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Clientes no exterior (i)	228.444	121.158	228.444	121.158
Clientes de etanol	3.076	747	3.076	747
Clientes de cana de açúcar	137	137	137	137
Clientes de energia (ii)	22.040	29.768	22.040	29.768
Outros	413	391	420	398
	254.110	152.201	254.117	152.208
Passivo circulante	(253.999)	(152.094)	(254.006)	(152.101)
Passivo não circulante	111	107	111	107

(i) Referem-se a adiantamentos recebidos para venda futura de açúcar, com liquidação prevista para a safra 2023/24, e constituem passivos de contratos conforme CPC 47 – Receita de contratos com clientes. (ii) Referem-se a adiantamentos recebidos para venda futura de energia, com liquidação prevista para a safra 2023/24, e constituem passivos de contratos conforme CPC 47 – Receita de contratos com clientes. **22. Impostos e contribuições parcelados**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Parcelamento INSS e FGTS	4.015	1.392	4.015	1.392
Parcelamento ICMS	45.902	61.067	45.902	61.067
Parcelamento de impostos – Refis	14.350	123.075	18.106	127.156
Parcelamento QuitaPGFN (i)	24.682	-	24.682	-
Parcelamento Auto Infração Ambiental	29	316	50	336
Parcelamento Dívida ativa	206	301	206	301
	89.184	186.151	92.961	190.252
Passivo circulante	(50.393)	(41.243)	(50.862)	(41.618)
Passivo não circulante	38.791	144.908	42.099	148.634

(i) Adesão ao QuitaPGFN, modalidade de parcelamento que permitiu o pagamento de débitos da Transação Excepcional da dívida administrada pela PGFN de no mínimo 30% à vista em até 12 parcelas para empresas em recuperação judicial, com saldo remanescente de até 70% quitados com a utilização de Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição social, no montante de R$ 66.281, estando esse crédito registrado na rubrica "Imposto de renda e Contribuição social diferidos" na demonstração do resultado do exercício findo em 31/03/2023. (ii) As movimentações dos impostos e contribuições parcelados são as seguintes:

Controladora	Saldo em 31 de março de 2022	Liberações	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Amortização Prejuízo Fiscal	Transferências	Apropriação encargos financeiros	Saldo em 31 de março de 2023
Parcelamento INSS e FGTS	1.392	4.025	(1.402)	-	-	-	-	4.015
Parcelamento ICMS	61.067	29.019	(30.456)	(13.728)	-	-	-	45.902
Parcelamento de impostos - Refis	123.075	-	(14.713)	(276)	-	(94.688)	952	14.350
Parcelamento QuitaPGFN	-	-	(8.180)	-	(66.281)	94.688	4.455	24.682
Parcelamento Auto Infração Ambiental	316	-	(180)	(107)	-	-	-	29
Parcelamento Dívida ativa	301	-	(63)	(32)	-	-	-	206
	186.151	**33.044**	**(54.994)**	**(14.143)**	**(66.281)**	**-**	**5.407**	**89.184**
Passivo circulante	(41.243)							(50.393)
Passivo não circulante	144.908							38.791

Consolidado	Saldo em 31 de março de 2022	Liberações	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Amortização Prejuízo Fiscal	Transferên-cias	Apropriação encargos financeiros	Saldo em 31 de março de 2023
Parcelamento INSS e FGTS	1.392	4.025	(1.402)	-	-	-	-	4.015
Parcelamento ICMS	61.067	29.019	(30.456)	(13.728)	-	-	-	45.902
Parcelamento de impostos - Refis	127.156	-	(15.089)	(251)	-	(94.688)	978	18.106
Parcelamento QuitaPGFN	-	-	(8.180)	-	(66.281)	94.688	4.455	24.682
Parcelamento Auto Infração Ambiental	336	-	(181)	(105)	-	-	-	50
Parcelamento Dívida ativa	301	-	(63)	(32)	-	-	-	206
	190.252	**33.044**	**(55.371)**	**(14.116)**	**(66.281)**	**-**	**5.433**	**92.961**
Passivo circulante	(41.618)							(50.862)
Passivo não circulante	148.634							42.099

23. Outros investimentos a pagar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PESA - Plano Especial de Saneamento de Ativos	18.156	18.156	18.156	18.156
Contas a pagar UPI Campestre	1.585	1.831	1.585	1.831
Direitos creditórios adquiridos	14.728	14.617	14.728	14.617
	34.469	34.604	34.469	34.604
Passivo circulante	(18.466)	(18.156)	(18.466)	(18.156)
Passivo não circulante	16.003	16.448	16.003	16.448

24. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (controladora e consolidado) (a) **Natureza dos tributos diferidos** A Companhia, reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, que serão realizados na proporção da resolução final dos eventos. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente. A atual projeção dos resultados futuros da Companhia não apresentam expectativa provável de lucros tributáveis significativos em até cinco anos, sendo assim, não foi possível constituir ativo diferido no montante de R$ 55.691, mesmo que estes não possuem prazo prescricional para compensação.

	Controladora 2023	Controladora 2022
Tributos diferidos ativos sobre:		
Prejuízos fiscais do Imposto de renda e base negativa da contribuição social	147.844	215.489
Variação cambial	115.597	101.970
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, para perdas com créditos de impostos e demais provisões	101.587	103.694
Provisão reajuste cana	-	4
(-) IR/CS diferidos não realizável	(55.691)	(178.103)
	309.337	243.054
Tributos diferidos passivos sobre:		
Diferença de taxa de depreciação	(73.710)	(82.839)
Custo atribuído ao imobilizado	(63.248)	(65.624)
Ativo biológico - valor justo	(6.902)	(16.321)
Ajuste a valor presente	(95.596)	(78.270)
	(239.456)	(243.054)
Tributos diferidos ativos, líquidos	69.881	-

Conforme legislação fiscal vigente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição. Em 31/03/2023, a Companhia e suas controladas possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nos montantes de R$ 434.835 e R$ 434.835 (2022 - R$ 633.790 e R$ 633.790), respectivamente, sendo que o crédito tributário diferido no montante de R$ 92.153 (2022 – R$ 37.386) foi constituído contabilmente, com base na expectativa de lucro tributável futuro suficiente para realização desses créditos. Ainda, conforme mencionado na Nota 32, a Companhia registrará em maio de 2023, tributos diferidos passivo no montante de R$ 232.938, como resultado do Ajuste a Valor Presente no montante de R$ 685.112, sobre a dívida remanescente da opção A transferida à novo credor, que será liquidada em 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos, e do alongamento da dívida opção C para 25 anos. Consequentemente, em 31/03/2023, a Companhia registrou tributos diferidos, no montante de R$ 69.881, equivalente a 30% (limite de utilização permitido pela Legislação Fiscal) sobre o referido tributo diferido passivo, pois sua realização é considerada provável, conforme determinado pelo CPC 32 – Tributos. (b) **Reconciliação Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

	Controladora 2023	Controladora 2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(105.725)	356.924
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(35.947)	121.354
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL		
Variação Cambial Realizada	13.628	(8.327)
Resultado Equivalência Patrimonial	(5.042)	(4.020)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(1.833)	(32.237)
Compensação Ganhos Transação Excepcional	(14.769)	(40.851)
Reconhecimento de créditos fiscais (Notas 22 e 24(a))	(105.066)	-
Outros	12.958	(13.310)
IRPJ e CSLL apurados	**(136.071)**	**22.609**
Correntes	(92)	(22.609)
Diferidos	136.163	-
IRPJ e CSLL no resultado	**136.071**	**(22.609)**
Taxa efetiva - %	129%	6%

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(103.651)	356.924
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(35.241)	121.354
IRPJ e CSLL calculados pelo Lucro Presumido	2.074	1.320
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL		
Variação Cambial Realizada	13.628	(8.327)
Resultado Equivalência Patrimonial	(5.042)	(4.020)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(1.833)	(32.237)
Compensação Ganhos Transação Excepcional	(14.769)	(40.851)
Reconhecimento de créditos fiscais (Notas 22 e 24(a))	(105.772)	-
Outros	12.958	(13.311)
IRPJ e CSLL apurados	**(133.997)**	**23.928**
Correntes	(2.166)	(23.928)
Diferidos	136.163	-
IRPJ e CSLL no resultado	**133.997**	**(23.928)**
Taxa efetiva - %	129%	7%

25. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado) A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados impostos e contribuições, bem como em análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado Tributos federais	Trabalhistas e cíveis e outros	Total
Saldo em 31 de março de 2021	2.821	41.791	44.612
Adições	9.537	11.380	20.917
Reversões	(7.136)	(6.254)	(13.390)
Atualizações	253	24.691	24.944
Saldo em 31 de março de 2022	5.475	71.608	77.083
Adições	194	11.676	11.870
Reversões	(133)	(27.669)	(27.802)
Atualizações	(163)	(577)	(740)
Saldo em 31 de março de 2023	5.373	55.038	60.411

As ações trabalhistas decorrem de pedidos de horas extras, supressão do intervalo para refeição e descanso, horas "*in itinere*" (percurso), adicional de insalubridade e periculosidade, integração salarial em virtude do prêmio pago todo mês, reflexos das horas extras nas demais verbas, dentre outros pedidos. As reversões referem-se a baixa de processos encerrados. A Companhia tem outras ações de natureza tributária, tais como processos em discussão sobre a apropriação de créditos de PIS/COFINS e ICMS, e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes de R$ 536.253 em 31 de março de 2023 (R$ 574.899 em 31/03/2022) e, portanto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a constituição de provisão não é requerida para fazer face a estes processos. A variação do valor de processos considerados como possíveis é resultado substancialmente de: (i) Aumento de processos de natureza cível, ocasionado por novos processos, no montante de R$ 41.684; (ii) Redução de processos de natureza tributária e ambiental, ocasionado por baixas e revisão de classificação de probabilidade e riscos por motivo de jurisprudências, no montante de R$ 80.330. A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R$ 6.329 em 31/03/2023 (R$ 11.374 em 31/03/2022). Refere-se substancialmente a depósito de processos judiciais de natureza trabalhista e depósito para cumprimento de ordem em agravo de instrumento. **26. Patrimônio líquido (Controladora)** (a) **Capital social** O capital social integralizado é representado por 51.232.924 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. (b) **Dividendos** Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, conforme estatuto social da Companhia. Os acionistas assinaram o Acordo de Acionistas datado de 19/07/2013 que determina que sejam excluídos da base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios as mudanças no valor justo dos ativos biológicos. (c) **Ajuste de avaliação patrimonial** É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem. (d) **Lucro líquido básico e diluído por ação** A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com valores usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia (a)	30.346	334.315
Quantidade de ações em lotes de mil ações (b)	51.233	51.233
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (b) x 1000	0,59	6,53

27. Receita líquida

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de vendas de açúcar	1.123.299	735.532	1.123.299	735.532
Receita de vendas de etanol hidratado	528.066	455.362	528.066	455.367
Receita de vendas de diesel	-	-	53.203	24.348
Receita de energia	67.533	41.781	67.533	41.781
Receita de Crédito de descarbonização - CBIO	19.086	2.544	19.086	2.544
Receita de vendas de cana-de-açúcar	20.539	2.405	20.539	2.405
Receita de bagaço de cana-de-açúcar	1.961	9.502	1.961	9.502
Outras receitas	6.935	4.938	6.935	4.938
	1.767.419	1.252.064	1.820.622	1.276.417
(-) Impostos e abatimentos sobre receitas	(102.867)	(112.507)	(102.867)	(112.507)
	1.664.552	1.139.557	1.717.755	1.163.910

28. Custos e despesas operacionais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Insumo - cana de açúcar	(867.227)	(508.121)	(867.227)	(508.121)
Variação valor justo dos ativos biológicos (Nota 16)	(27.703)	48.930	(27.703)	48.930
Outros insumos	(141.625)	(94.506)	(129.605)	(86.355)
Pessoal	(119.573)	(105.926)	(119.573)	(105.926)
Serviços de terceiros	(86.233)	(47.626)	(86.234)	(47.626)
Fretes e carretos	(33.809)	(13.429)	(33.809)	(13.429)
Fretes e carretos - comercial	(125.487)	(92.039)	(125.487)	(92.039)
Depreciação e amortização	(200.851)	(175.625)	(200.884)	(175.661)
Produto para revenda	(12.806)	(133)	(58.412)	(20.597)
Energia para revenda	(31.256)	(23.792)	(31.256)	(23.792)
Legais e associação de classe	(432)	(567)	(446)	(575)
Manutenção entressafra	98.084	82.753	98.084	82.753
Outros custos e despesas	(61.250)	(49.069)	(61.503)	(48.696)
	(1.610.168)	(979.150)	(1.644.055)	(991.134)
Custo das vendas	(1.425.333)	(846.052)	(1.458.919)	(858.365)
Despesas de vendas	(128.010)	(92.440)	(128.237)	(92.058)
Despesas administrativas e gerais	(56.825)	(40.658)	(56.899)	(40.711)
	(1.610.168)	(979.150)	(1.644.055)	(991.134)

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Custo dos bens do ativo imobilizado baixados	-	(11.165)	-	(11.165)
Receita de vendas de imobilizado	-	18.654	-	18.654
Recuperações de despesas com terceiros e crédito de impostos	942	1.648	942	1.655
Créditos e provisão para perdas com tributos a recuperar	-	3.232	-	3.232
Despesas legais	(30.457)	(14.118)	(30.712)	(13.725)
Reversão (provisão) para demandas judiciais	16.672	(32.470)	16.672	(32.470)
Arrendamentos	6.757	9.114	6.757	9.114
Indenizações de seguros	1.275	9	1.275	9
Indenizações e perdas contratuais	(3.976)	(15.556)	(3.976)	(15.556)
Recuperação judicial (i)	(17.319)	(5.270)	(17.319)	(5.270)
Despesas com tributos	35.326	5.442	35.326	5.442
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.968)	(347)	(1.969)	(346)
	7.252	(40.827)	6.996	(40.426)

(i) Valores referentes a impugnações de créditos, ajustes de saldos relacionados ao plano de recuperação judicial e despesas com assessorias. **30. Resultado financeiro**

Receitas financeiras	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ajuste a valor presente (i)	9.494	-	9.501	7
Juros ativos (ii)	816	41.892	816	41.892
Juros s/ aplicações	47	2.892	47	2.893
Descontos obtidos	291	3.100	291	3.100
Parcelamentos de tributos (iii)	-	122.698	-	123.827
	10.648	170.582	10.655	171.719
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(27.561)	(10.287)	(27.568)	(10.287)
Juros PRJ (iv)	(21.381)	-	(21.381)	-
Juros de mora e comissões bancárias	(28.506)	(13.726)	(28.649)	(13.958)
Despesas com parcelamentos de Tributos	(49.713)	(48.731)	(51.053)	(49.263)
Variações monetárias passivas	(73)	(3)	(73)	(3)
Descontos concedidos	(2)	(35)	(675)	(35)
Ajuste a valor presente (i)	(10.019)	(13.734)	(10.019)	(13.734)
Outros	(382)	(47)	(382)	(47)
	(137.637)	(86.563)	(139.800)	(87.327)
Variações cambiais ativas	94.553	240.556	94.553	240.556
Variações cambiais passivas	(149.755)	(99.055)	(149.755)	(99.055)
	(55.202)	141.501	(55.202)	141.501
	(182.191)	225.520	(184.347)	225.893

Ajuste a valor presente de Parcerias e locações a pagar R$ 9.257 (Nota 15) e R$ 8.739 de dívida a credores classificados na Opção B – Garantia real e Quirografários do Plano de recuperação judicial, que terão seus créditos liquidados em até 22 anos, com carência de 2 anos contados a partir da homologação do referido Plano. (ii) Em 2022, juros ativos sobre saldo de Outros investimentos a pagar, mediante impugnação de crédito apresentada pela Companhia, através de ofício expedido nos autos do processo de Recuperação judicial. (iii) Em 2022, descontos de multas e juros na adesão a Transação Excepcional da dívida ativa administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, prevista pela Lei 13.988/2021 e pela Portaria PGFN 14.402/2020. (iv) Atualização de juros conforme cronograma de pagamentos e classe de credores listados no Plano de recuperação judicial. **31. Compromissos de compra e venda** A Companhia e suas controladas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Apresentamos, a seguir, aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras: Contrato de fornecimento de açúcar Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de açúcar a ser produzido até a safra 2023/24, e com condição de preço de referência a ser fixado por *Against Actuals* - AA's ou por Ordens Executáveis - SEO'S, na bolsa de *New York* - NYBOT, resultando em 31/03/2023 nos seguintes saldos remanescentes a serem entregues:

Safra	Volume em toneladas	Valor
2023/24	541.000	1.203.617
2024/25	133.000	295.898

O produto foi valorizado de acordo com preços praticados no mercado em março de 2023. (a) **Fornecimento de energia elétrica** A Companhia possui contratos de fornecimento de energia elétrica na modalidade Leilão de Energia de Reserva – L.E.R, Leilão de Energia de Fontes Alternativas – L.F.A e Ambiente de Contratação Livre - ACL, conforme especificado a seguir:

Modalidade	Vigência	Volume (MWh)	Valor
L.E.R.	02/2024	61.320	22.127
L.F.A	12/2035	49.055	16.055
ACL	11/2025	140.000	21.836

Os contratos foram valorizados pelos preços praticados por modalidade em março de 2023. **(b) Compromissos com parceria agrícola e compra futura de cana-de-açúcar** A Companhia e suas controladas firmaram contratos de aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos têm vigência de até cinco anos, sendo a maioria renovável ao fim do exercício. Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra ou da colheita, pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido em cada contrato. As toneladas de cana-de-açúcar, relacionadas aos contratos vigentes, são estimadas da seguinte forma:

Safra	Toneladas (mil)
2023/24	3.651
2024/25	2.963
2025/26	2.288
2026/27	1.589
2027/28	847
2028/29	61
2029/30	4

32. Eventos subsequentes Em 18/05/2023, a Companhia anunciou o fechamento do Acordo de Reestruturação (Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial), conforme apresentado aos credores e homologado pelo Juiz da Recuperação Judicial em 25/11/2022 e 16/03/2023, respectivamente, para pagamento da dívida em recuperação judicial detidos pelos Credores UPI, trazendo consigo uma nova forma de pagamento dos créditos, ficando o Grupo Clealco dispensado de alienar uma das unidades produtivas previstas no Aditamento do PRJ. Este é o ápice do processo de transformação da Clealco, que em uma ampla estratégia de reestruturação retomou a rentabilidade da Companhia, alcançando resultados históricos. Homologado nos autos do PRJ, o acordo realizado com dois fundos de investimentos ("Credores DIP"), obtido via DIP Finance, mediante emissão de debêntures conversíveis em ações, no montante de R$ 253.177, possibilitou solucionar parte substancial da dívida em recuperação judicial, que contempla cerca de 80% do referido passivo. O prazo para pagamento das debêntures aos fundos é de 5 anos, sendo o 1º ano de carência, corrigidos pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor) + 30% a.a, com desconto incondicional de 15% a.a em caso de estar adimplente com o pagamento. Ademais, o Grupo Clealco continuará honrando os pagamentos dos demais credores concursais nos termos previstos no referido PRJ, o qual continua em perfeito vigor. O desembolso do DIP foi utilizado para pagamento dos credores UPI, de acordo com opção dos credores em relação as opções A e B do Acordo de Reestruturação, conforme destacadas abaixo: • Opção A: Pagamento de 25% do saldo devedor e cessão do saldo remanescente de forma irrevogável e irretratável à sociedade Czarnikow, a ser liquidado em parcela única ao final do período de 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos, no caso de adimplência no pagamento das debêntures; • Opção B: Pagamento de 35% do saldo devedor, observado o valor máximo de R$ 5.500 para cada credor. O pagamento implica na imediata e incondicional quitação da totalidade do saldo detido pelo credor, sendo o saldo remanescente remido. Para os credores que não optaram pelas opções A e B, foram alocados automaticamente na opção C, onde seus créditos foram alongados para pagamento em 25 anos, sendo 99,76% com vencimento no último ano. Nos termos do item 76 "a" do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26, a Companhia considerou este evento como um evento subsequente que não origina ajustes de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente. Como resultado dessa operação de reestruturação de dívida, os recursos captados com a referida emissão de debêntures, teve os seguintes efeitos: • Liquidação integral dos créditos com os credores UPI conforme as opções A e B, com a liberação automática das garantias mediante "Termo de Liberação", registradas em 31/03/2023, pelo montante de R$ 929.575, sendo que na opção A foram liquidados 25% do saldo devedor do montante de R$ 920.861 ficando o saldo remanescente no montante de R$ 670.734 cedido a sociedade Czarnikow. Referente a opção B, foram liquidados 35% do saldo devedor do montante de R$ 8.714, ficando o saldo remanescente no montante de R$ 5.665 remido. Ainda, o montante de R$ 14.700 da opção C serão pagos em 25 anos. • Os efeitos do Acordo de Reestruturação deverá ser reconhecido em maio de 2023, mês que ocorreu o fechamento da operação, onde será refletido no Balanço Patrimonial a redução da dívida dos credores UPI de R$ 944.275 para R$ 253.463, com efeito no Resultado do montante de R$ 457.839 equivalente ao Ajuste a Valor Presente das opções A e C, pelo montante de R$ 452.174, líquido dos efeitos tributários e ganho financeiro de R$ 5.665 devido ao saldo remido da opção B.

A Administração

Contador

Adriano Furtado - TC - CRC 1SP262298/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstraçoes financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial** Clementina - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial em 31 de março de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais norm